



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/BA

1. Trata-se de análise de RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa **GEOPAC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - EPP**, em face da dispensa eletrônica cujo objeto é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA OU ARQUITETURA VISANDO A AQUISIÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, EM PLATAFORMA BIM (BUILDING INFORMATION MODELING), PARA A EXECUÇÃO DA NOVA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM BARREIRAS NO ESTADO DA BAHIA.

2. Considere-se que conforme a publicação no COMPRASNET (<http://www.comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/editai-200346-1-00001-2023>) e no Termo de Referência, componente do processo SEI! 08255.003430/2023-06, o Valor total estimado de R\$ 222.408,57 (duzentos e vinte e dois mil quatrocentos e oito reais e cinquenta e sete centavos).

3. Foram analisadas as propostas das seguintes proponentes:

- a. **ALFIZ ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA** – 36.359.181/0001-94
- b. **GEOPAC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA** – 10.551.296/0001-92
- c. **JCA ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA** – 07.470.178/0001-45
- d. **SANEAR CONSULTORIA, GERENCIAMENTO E PROJETOS S/S LTDA** – 04.459.876/0001-51

4. A Empresa **GEOPAC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA – EPP**, interpôs RECURSO ADMINISTRATIVO, no qual sustenta que “o BDI apresentado pela empresa foi elaborado em desconformidade com os ditames do edital, o que, pelo item 10.12.4.1 do edital deveria ter culminado na desclassificação de sua proposta”.

5. Em sua argumentação, afirma que “foi prejudicada do certame uma vez que, tendo atendido de forma minuciosa todas as determinações editalícias e apresentando aquela que foi considerada a segunda melhor proposta, perdeu a oportunidade da contratação para uma empresa que deveria ter sido desclassificada do procedimento”.

6. Preliminarmente, ordenou-se as empresas conforme o valor total de suas propostas, ficando assim classificadas:

	Proponente	CNPJ	Valor Ofertado	% do estimado
1	ALFIZ ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA	36.359.181/0001-94	R\$ 162.371,10	73,01%
2	GEOPAC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	10.551.296/0001-92	R\$ 170.179,54	76,52%
3	JCA ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA.	07.470.178/0001-45	R\$ 187.660,80	84,38%
4	SANEAR CONSULTORIA, GERENCIAMENTO E PROJETOS S/S LTDA	04.459.876/0001-51	R\$ 222.408,57	100,00%

7. O ponto ao qual A Empresa **GEOPAC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - EPP**, fundamenta sua argumentação é o fato de que na proposta da Empresa **ALFIZ ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA**, o conjunto de tributos informados no demonstrativo seria diferente do utilizado na composição detalhada do seu BDI;

8. De modo que o somatório considerando tais alíquotas seria diferente de 25,22%;

9. Ou seja, apesar de utilizado BDI de 25,22% a composição deveria ter resultado em 25,86%

BDI Declarado			BDI Considerando a Demonstração de Tributos		
	<b>AC</b>	2,20%		<b>AC</b>	2,20%
	<b>DF</b>	0,59%		<b>DF</b>	0,59%
	<b>S+G</b>	0,80%		<b>S+G</b>	0,80%
	<b>R</b>	0,97%		<b>R</b>	0,97%
	<b>L</b>	3,50%		<b>L</b>	3,50%
<b>T</b>	<b>COFINS</b>	2,65%	<b>T</b>	<b>COFINS</b>	2,65%
	<b>PIS</b>	0,57%		<b>PIS</b>	0,57%
	<b>ISS</b>	5,00%		<b>ISS</b>	5,60%
	<b>CSLL</b>	2,69%		<b>CSLL</b>	2,69%
	<b>IRPJ</b>	2,65%		<b>IRPJ</b>	2,49%
	<b>INSS</b>	0,00%		<b>INSS</b>	0,00%
	<b>BDI</b>	<b>25,22%</b>		<b>BDI</b>	<b>25,86%</b>

10. Cabe-se, destacar que toda a proposta da Empresa **ALFIZ ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA**, foi feita considerando o BDI de 25,22% e não 25,86%;

11. Considere-se ainda o **Acórdão 1487/2019-Plenário**, o qual versa sobre o tema Desclassificação, Correção, Preço global, Proposta de preço, Diligência – A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de formação de preços da licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto.

12. Neste sentido apreciou-se as contrarrazões apresentadas pela **ALFIZ ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA**, que se apoiou em diversos acórdãos que transitam sob o mesmo tema;

13. Especificamente cabe destaque ao Acórdão 4621/2009 - Segunda Câmara, que resume bem o quadro:

*"Primeiro, porque não se pode falar em qualquer benefício para a licitante, pois o que **interessa tanto para ela quanto para a Administração é o preço global contratado**. Nesse sentido, bastaria observar que a licitante poderia ter preenchido corretamente o campo e de forma correspondente ter ajustado o lucro proposto de forma a se obter o mesmo valor global da proposta. Segundo, porque o caráter instrumental da planilha de custos não foi prejudicado, pois a Administração pôde dela se utilizar para avaliar o preço proposto sob os vários aspectos legais. Em suma, penso que seria um formalismo exacerbado desclassificar uma empresa em tal situação, além de caracterizar a prática de ato antieconômico. (...) Raciocínio*

*idêntico aplica-se quando a cotação de item da planilha apresenta valor maior do que o esperado. Ora, o efeito prático de tal erro, mantendo-se o preço global, seria que o lucro indicado na proposta deveria ser acrescido do equivalente financeiro à redução de valor do referido item da planilha. Da mesma forma, na linha do antes exposto, em sendo essa proposta a mais vantajosa economicamente para a Administração e ainda compatível com os preços de mercado, não vislumbro motivos para desclassificá-la."*

14. Entende-se o apontado como **erro formal**, e em consonância com o disposto no referido acórdão promover diligência junto à empresa vencedora;

15. O pedido feito pela empresa **GEOPAC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA – EPP**, não merece acolhimento no sentido de desclassificação da empresa;

16. A recorrente pretende eliminar à concorrente, que mesmo com um eventual BDI de 25,86% possuiria ainda assim uma proposta mais vantajosa que a sua, uma vez que por consequência deste BDI, a proposta seria de R\$ 163.209,39, valor ainda inferior à proposta da GEOPAC.

17. Outrossim, **não cabe modificação do valor inicialmente proposto**, mas sim correção da proposta no que tange a composição do BDI de 25,22%;

18. Deste modo, decide-se **não reconhecer** o RECURSO ADMINISTRATIVO interposto e promover diligência junto à Empresa **ALFIZ ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA**, para que a mesma promova correção da sua proposta mantendo-se o valor inicialmente proposto de R\$ 162.371,10

**ARQ. MAX CHANDLER RODRIGUES**

ARQUITETO URBANISTA - CAU A44229-1

Mat.: 9000417 - SIAPE 2421007

GTED/SELOG/SR/PF/BA